

TRIBUTAÇÃO

Mobilização nacional orienta, gratuitamente, os contribuintes em diversas cidades do país a prestarem as contas com o Leão em 2026,

Mutirão tira-dúvidas sobre o Imposto de Renda

Joédson Alves/Agência Brasil

» FERNANDA STRICKLAND

A Fenacon e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) realizam, hoje, uma mobilização nacional para orientar, gratuitamente, os contribuintes sobre o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2026. A ação, batizada de “Dia D”, ocorrerá em diversas cidades do país com apoio de sindicatos e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

Integrada à campanha Declare Certo, a iniciativa reúne profissionais da área contábil para prestar atendimento presencial, com foco em esclarecer dúvidas sobre documentação, regras vigentes, uso da declaração pré-preenchida e estratégias para evitar inconsistências que possam levar o contribuinte à malha fina.

O mutirão ocorre em um momento considerado estratégico do calendário fiscal. O prazo para envio das declarações do IRPF 2026, referentes ao ano-calendário 2025, segue aberto até 29 de maio, após início em 23 de março. A expectativa da Receita Federal é receber cerca de 44 milhões de declarações nesse período.

Segundo o presidente da Fenacon, Daniel Coelho, a mobilização busca ampliar o acesso à informação e reforçar o papel da contabilidade no cotidiano da população. “Com o apoio do CFC e o engajamento dos sindicatos e CRCs, conseguiremos ampliar o alcance dessa campanha essencial para o contribuinte”, afirmou.



O prazo para envio das declarações, referente ao ano-calendário de 2025, segue aberto até 29 de maio

Já o presidente do CFC, Joaquim Bezerra, destacou o caráter social da iniciativa. “Estaremos presentes em todas as capitais do país, oferecendo atendimento direto à população e reafirmando o papel social da contabilidade brasileira”, disse.

Novas regras

A mobilização ocorre paralelamente à vigência das novas regras do Imposto de Renda, em vigor desde janeiro de 2026, que ampliaram a faixa de isenção para rendimentos

mensais de até R\$ 5 mil. A medida busca maior equilíbrio tributário e tem impacto direto sobre aposentados e pensionistas.

A regra para contribuintes com até 64 anos, que começará a valer no ano que vem, a expectativa é que isenção integral até esse limite pode gerar uma economia mensal de até R\$ 312,89 — o equivalente a mais de R\$ 4 mil ao ano, considerando o 13º salário. Já os aposentados com 65 anos ou mais contam com um benefício adicional previsto em lei, que garante

uma parcela extra de isenção de R\$ 1.903,98 mensais.

Com a combinação das duas regras, esse público pode atingir isenção total para rendimentos de até R\$ 6.903,98 por mês. Na avaliação de Flávio Menezes, as mudanças representam um avanço na saúde financeira da população idosa. “Com a redução dos descontos, há mais espaço no orçamento para planejamento, cuidados com a saúde e formação de reservas”, afirmou.

O cenário se conecta ao envelhecimento populacional no país. Estudo conduzido pela Croma Consultoria aponta que 77% dos brasileiros reconhecem esse processo, enquanto 92% dos idosos demonstram preocupação com a manutenção financeira no futuro.

De acordo com Edmar Bulla, há uma tendência crescente de busca por qualidade de vida entre o público 60+. “Os mais velhos mantêm forte intenção de investir para preservar ou melhorar suas condições nos próximos anos”, destacou.

Cruzamento de dados

Apesar da ampliação da isenção, especialistas alertam que as novas regras não alteram as exigências da declaração referente ao exercício atual. Permanecem obrigados a declarar contribuintes com rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,39, além daqueles com bens superiores a R\$ 800 mil ou rendimentos isentos elevados.

O avanço tecnológico da Receita também eleva o nível de fiscalização. Segundo Fábio Edelberg, o Fisco intensificou o cruzamento automatizado de dados por meio de sistemas como a e-Financiera e a DMED.

“A malha fina opera hoje com algoritmos que cruzam informações bancárias e despesas médicas em tempo real. O contribuinte precisa sair de uma postura reativa e adotar um planejamento tributário preventivo”, explicou.

Ele ressalta ainda que o uso da declaração pré-preenchida e a vinculação de uma chave Pix podem garantir prioridade na restituição, cujo primeiro lote está previsto para 29 de maio.

Para contribuintes com participação em empresas, o cenário se torna ainda mais complexo. Divergências entre dados declarados por pessoas físicas e jurídicas podem gerar bloqueios automáticos de certidões negativas, exigindo maior rigor na consistência das informações.

Diante do novo ambiente tributário — que combina ampliação de benefícios com maior rigor fiscal — especialistas reforçam a importância da orientação profissional. “A consulta a um contador se torna fundamental, especialmente para contribuintes mais idosos ou com fontes de renda diversificadas. O correto entendimento das regras pode evitar erros e garantir melhor aproveitamento dos benefícios”, concluiu Menezes.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Candidatos sem GPS

O ano é de eleições gerais, o governante candidato à reeleição já nada mais faz que não sirva para reforçar seu handicap, os rivais, idem, mas apesar do falatório de todos eles, segue como página em branco o que pretendem fazer nos próximos quatro anos.

O que prometem, como mais benefícios sociais, num caso, e juros e impostos mais baixos, no outro, é consequência de plano de governo e de prioridades, que neste tempo de transformações exigem brutais esforços de investimento e inovações tecnológicas. Como fazer isso e tornar o país minimamente atraente para a média dos eleitores e para os capitais nacionais e de fora? Ninguém ousa nos contar.

O próximo ciclo presidencial e legislativo vai deparar-se com uma combinação singular de circunstâncias, oportunidades e desafios.

Temos ativos relevantes, como base energética diversificada, abundância de recursos naturais, mercado interno amplo e posição geopolítica estável. E também convivemos com entraves estruturais persistentes, tais como baixa produtividade, fragilidade fiscal, elevada complexidade do ambiente de negócios e a dificuldade de coordenação entre Estado, setor produtivo e sistema financeiro.

O descompasso entre potencial e desempenho está evidente há mais de 40 anos. A economia apresenta crescimento moderado, com nível de emprego relativamente alto (pela exclusão dos quase 95 milhões atendidos assistencialmente), mas com pessoas endividadas, renda disponível pressionada, e capacidade de expansão do investimento produtivo limitada. O resultado é um padrão de crescimento que não se traduz, de forma sistêmica, em aumento de bem-estar econômico.

Ao mesmo tempo, o ambiente internacional passa por transformações profundas. As principais economias do mundo vêm reorganizando suas estratégias de desenvolvimento, integrando tecnologia, energia e capacidade produtiva. A combinação entre inteligência artificial, novas arquiteturas computacionais e mudanças no sistema energético está redefinindo as bases da competitividade, deslocando cadeias produtivas e alterando a organização das empresas e dos Estados.

Nesse contexto, abordagens centradas em ajuste fiscal, expansão de crédito ou incentivos isolados mostram-se insuficientes. Embora necessárias, não alteram a trajetória estrutural da economia.

Poder cerceia a tecnologia

O movimento que confunde os governantes no mundo desperta medo e ansiedade entre líderes corporativos e pessoas comuns, caracteriza uma transição de regime em toda parte, e não só aqui. Os sistemas digitais, décadas atrás e a inteligência artificial que opera com autonomia (IAAg), a partir de 2024, forçam a reinvenção de tudo.

A aptidão de gerar, integrar e aplicar conhecimento em escala nos planos social e econômico tornou-se decisivo para o crescimento econômico e para a posição relativa dos países na arena global. Pode-se desenhar o que está em curso a partir dos escândalos mais recentes no Brasil, como do Banco Master, do assalto às pensões e aposentadorias do INSS, as máfias flagradas pela operação Carbono Oculto, além de fintechs e fundos formados para ocultar e lavar dinheiros escusos. Todas essas fraudes se assentam em recursos de tecnologia operados pelos criminosos certos de que as autoridades estão não só corrompidas, mas, sobretudo, despreparadas.

Não é que o setor público esteja totalmente atrasado. Ele está é cerceado, como se viu na Receita Federal, ao ser obstada pelo STF em 2018 a prosseguir com o cruzamento de CPFs e CNPJs para aferir a riqueza não explicada dos servidores federais nos três níveis.

E quase se repetiu em dezembro, quando um ministro do TCU e outro do STF tentaram intimidar o Banco Central e a Polícia Federal para tentar reverter a liquidação do Master e libertar Daniel Vercara, já então tipificado como “corruptor-geral da República”.

A Índia como inspiração

Na Índia, país gigante altamente complexo, com vizinhos hostis e nuclearizados, 1,3 bilhão de habitantes, 22 línguas oficiais além de centenas de dialetos reconhecidos, democracia parlamentarista e sistema federativo como o nosso, a economia ganhou impulso com um sistema de identificação digital de toda a população, seguida mais à frente de uma infra pública de serviços digitais unificando todo o suporte à atividade econômica: e-commerce, serviços, pagamentos.

Dois movimentos pavimentaram a ascensão da Índia no ranking das economias de maior crescimento, tendendo ao terceiro lugar no PIB global após EUA e China: a implantação do IVA, imposto sobre valor agregado semelhante ao aprovado aqui, e a tirada de circulação das cédulas de maior valor, 100 rúpias. A economia informal desabou.

Estamos neste caminho, mas com atraso e premissas equivocadas. No caso do IVA, dividiu-se em dois, o da União (CBS) e o dos estados e municípios (IBS), com 50 anos para implantação total; na Índia, foi imediato. Aqui, definiu-se que a arrecadação seria equivalente à atual; lá, a alíquota começou em 2017 com 5%, 12%, 18% e 28%, e, a partir deste ano, máximo de 18%, contra uns 27% no Brasil.

A digitalização da identidade também segue morosa, embora graças ao Pix o grosso da população já tenha número único. Falta integrar os cadastros e bancos de dados, eliminando os custos acessórios em geral de burocracia, de forma a incentivar as inovações criadoras de mercados, e a tributação nociva como a do IOF.

Faça-se isso e vai se colher mais e não menos arrecadação, já no nível recorde de 32,4% do PIB, versus 19,6% na Índia, 21% na China e 25,6% nos EUA. A economia informal no Brasil, parte sequela da alta tributação, parte devido ao atraso digital, vai de 18% a 35% do PIB — R\$ 625 bilhões a R\$ 1,24 trilhão, dependendo do cálculo.

Um dia a gente acerta...

E assim estamos: discutindo a indicação do Messias ao STF; razões do Alcolumbre, presidente do Congresso eleito com votação que não elege vereador no Sudeste e as de Motta, presidente da Câmara para garantir, em negociações com o governo mediantes pelo tacão do STF, o acesso e a partilha aos R\$ 50 bilhões de emendas ao orçamento.

Não se extrai um programa de nação dessas tertúlias contrárias ao ordenamento dos programas nacionais reclamados pela sociedade. Não surpreende que a indignação a faça votar nos piores, tipo tapa na cara dos políticos, como em 1959, ao fazer do rinoceronte Cacareco o vereador mais votado de São Paulo. Não nos faltam Cacarecos.

O que fazer? Para começar, ser otimista com o país, cético com os candidatos que representam a mesmice, informar-se mais, crer menos nos parlapatões de partidos e redes sociais, e não perder jamais a esperança. Um dia a gente acerta...

ADEMI DF
Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal

Informativo do mercado imobiliário



Brasília-DF, 12/04/2026

Aumento do preço de insumos na construção preocupa mercado imobiliário do DF

A Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF) tem acompanhado, com preocupação, a elevação generalizada no valor dos insumos utilizados pela construção civil. Em comunicados recentes às empresas, fornecedores têm anunciado reajustes de até 35% no valor de materiais como cimento, concreto, PVC, asfalto e diesel. Outros já sinalizaram a suspensão de vendas.

O cenário crítico deve-se aos conflitos internacionais entre EUA e Israel contra Irã, que têm como algumas das consequências o aumento no custo dos derivados de petróleo e incertezas econômicas. Esse contexto impacta diretamente na competitividade das empresas e no equilíbrio dos contratos em andamento na construção civil.

O assunto tem sido conduzido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), com o apoio

da ADEMI DF. Na avaliação da entidade nacional, a combinação da conjuntura internacional com a disponibilidade do mercado interno exige iniciativas de suporte ao setor produtivo, de forma a minimizar os efeitos das turbulências e evitar uma escalada de preços, que colocará em risco obras espalhadas por todo o país.

No caso do mercado imobiliário, em especial, esse panorama compromete o desempenho das empresas, que já têm enfrentado desafios expressivos com as elevadas taxas de juros no país. O cenário também pode resultar em um consequente repasse de custos ao consumidor, com a alta de preços dos imóveis.

Para a ADEMI DF, é fundamental que medidas de apoio sejam efetivamente aplicadas à construção civil neste momento, para que não haja prejuízo do ciclo virtuoso que o setor representa para a economia e para a qualidade de vida da população.